	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES** **FACULDADE DE EDUCAÇÃO** **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO** **CURSO DE DOUTORADO**

EDITAL 002/2018

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DOUTORADO - TURMA 2019/1

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período de **15 de agosto de 2018 a 14 de setembro de 2018**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Doutorado, para turma com início em 2019/1° semestre.

I- VAGAS E CANDIDATOS

Serão oferecidas **41** vagas para o curso de doutorado, destinadas aos portadores de diploma de Mestrado, obtido em curso credenciado pela CAPES. Os portadores do diploma de Mestrado obtido no exterior deverão apresentar o título revalidado por instituição brasileira credenciada para este fim. Destas vagas, 30% serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6959/2015.

1.1- As vagas se encontram distribuídas, de acordo com a disponibilidade de vagas nas linhas de pesquisa do ProPEd/UERJ indicadas no Anexo I.

1.2- A lista dos professores com disponibilidade de vaga para orientação de Doutorado e seus respectivos projetos encontra-se no Anexo II deste Edital.

1.3- Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.

1.4- Não havendo inscrições para as vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos estratos, as mesmas serão remanejadas para a demanda geral.

1.5- O Programa reserva-se o direito de não preencher o total de vagas oferecido e de proceder ao remanejamento de candidato aprovado no processo seletivo, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.

II- DA REALIZAÇÃO

2.1- Em cumprimento às Leis Estaduais n. 6.914/2014 e n. 6959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas distribuído pelos seguintes grupos de cotas:

a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;

b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;

c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

d) Conforme artigo 5º da Lei suas disposições aplicam-se no que for cabível.

2.2. Em conformidade com a Leis Estaduais n. 5346/2008 e n. 6.914/2014, entende-se por:

a) negro e indígena: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;

b) estudante carente graduado da rede privada de ensino superior, aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, do Programa Universidade para Todos - PROUNI ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;

c) estudante carente graduado da rede de ensino público superior: entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;

d) pessoa com deficiência: aquela que atender as determinações estabelecidas na Lei Federal n 7853/1989 e pelos Decretos Federais n. 3298/1999 e n. 5296/2004;

e) filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciaria, mortos ou incapacitados em razão do serviço – aquele que apresentar a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.

2.3- Os documentos referentes à inscrição pelo sistema de cotas descritos no item 2.2 **deverão ser enviados pelo correio** até o prazo final das inscrições – **14 de setembro de 2018 -**, em **envelope lacrado e identificado**.

2.4– A homologação dos documentos relativos à inscrição pelo sistema de cotas será realizada por comissão específica indicada pela Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - SR2.

2.5– A divulgação do resultado da análise da documentação comprobatória dos candidatos cotistas aprovados nas etapas acadêmicas, de acordo com a Lei 6914/2014, será feita em data posterior à realização das provas, de acordo com o cronograma do concurso.

2.6 – Os candidatos para o sistema de cotas que não apresentarem toda a documentação exigida no item 2 **serão eliminados** do processo no momento da análise desses documentos, em conformidade com os itens 2.3, 2.4 e 2.5 deste Edital.

2.7 - O candidato às cotas destinadas para estudantes negros e indígenas, em caso de declaração falsa, estará sujeito a sanções penais, previstas no Decreto-lei n. 2848/1940, Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, entre outros) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ.

III - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Período e processo das inscrições *online*:

a) As inscrições, para todos os candidatos, serão realizadas no período de **15 de agosto a 14 de setembro de 2018;**

b) Todos os candidatos deverão realizar as inscrições pela Internet no endereço [www.proped2.pro.br.]

c) Os candidatos cotistas, além da inscrição no *site*, deverão encaminhar a documentação específica para o sistema de cotas via SEDEX, em envelope lacrado, para a Secretaria do ProPEd, situada à Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Faculdade de Educação, Bloco F, sala 12.037, Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro-RJ. A documentação está descrita em http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual Sistema de Cotas.pdf ou na página do Processo de Seleção [http://www.proped2.pro.br].

d) A postagem deverá ocorrer, impreterivelmente até a data final da inscrição, via Sedex.

3.2. - Procedimentos para a realização das inscrições:

a) Na área destinada às inscrições *online* da página do ProPEd (www.proped2.pro.br), os candidatos deverão preencher o formulário de inscrição, dividido em dados pessoais e acadêmicos, além de uma área específica para *upload* dos documentos solicitados no item 3.3.

b) Após preenchido o formulário de inscrição (dados pessoais e acadêmicos), será liberado ao candidato, em sua página, o *link* de acesso ao *site* do CEPUERJ para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição no valor de R$ 100,00 (cem reais).

c) Os candidatos deverão efetuar o envio dos documentos listados no item 3.3., em formato PDF, com exceção da foto 3x4, que deverá ter formato de imagem (jpg, png ou gif).

d) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, no ato de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas estão se candidatando, em conformidade ao item 2 deste Edital.

e) O candidato deverá informar, no formulário de inscrição, a língua estrangeira na qual prestará seu exame, a saber: inglês, espanhol ou francês. Não haverá alteração de opção de língua estrangeira após o encerramento de inscrições.

f) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o(a) orientador(a) do projeto de pesquisa ao qual propõe se vincular, conforme constante do Anexo II desse Edital. A comissão de seleção poderá, ouvidas as partes envolvidas, alterar a opção de vinculação do candidato, de modo a assegurar a organização acadêmica do ProPEd, bem como a devida operacionalização do sistema de reserva de vagas.

3.3 - Documentos exigidos:

Todos os documentos abaixo listados devem ser enviados, em arquivo único por item, no formato indicado no item 3.2 c, através de *links* específicos e disponíveis na área de *uploads* do formulário de inscrição *online*. N**ão serão** aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de qualquer um deles:

a) Foto 3x4, em formato de imagem (jpg, png ou gif);

b) Projeto de Tese, indicando o projeto de pesquisa ao qual pretende estar vinculado.

c) Frente e verso do diploma de graduação.

d) Frente e verso do diploma de Mestrado ou certidão de conclusão de curso de Mestrado validada pela instituição emissora**.**

e) Histórico Escolar de conclusão do Mestrado, devidamente assinados **— não serão aceitos demonstrativos de desempenho escolar ou boletins emitidos pela internet**.

f) Declaração com a data da sessão de defesa e dados do reconhecimento do curso, caso estas informações não constem do Histórico escolar ou da certidão de conclusão do curso de Mestrado.

g) Documento de identidade ou carteira de habilitação válidos.

h) CPF, caso esta informação não conste na carteira de identidade ou habilitação.

i) PDF do Currículo Lattes.

j) Toda a documentação comprobatória dos indicadores lançados no Currículo Lattes nos últimos cinco anos.

k) Memorial acadêmico.

l) Documento comprobatório para isenção de língua estrangeira, quando o resultado do exame não constar no histórico escolar do curso de mestrado, conforme os termos do item 4 deste Edital.

m) Os candidatos que pleiteiam as vagas do sistema de cotas deverão, além do procedimento descrito nos itens anteriores, enviar os documentos que comprovam a sua condição de cotista, referentes ao estrato de cota a que pleiteia vaga, explicitados no item 2 deste Edital e cujos modelos se encontram nos Anexos II, III e IV. Esses documentos deverão ser colocados em **envelope lacrado**, **identificado com o nome e o número da inscrição do candidato pelo lado de fora do envelope e enviados via sedex, conforme indicação no item c (3.1)**. A divulgação da análise desses documentos só será feita, conforme explicitado no item 2.5 deste Edital, após a realização de todas as provas.

OBS: Recomendamos aos candidatos cotistas muita atenção à documentação comprobatória específica a ser verificada no link:

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf ou no *site* do Processo de Seleção [http://www.proped2.pro.br].

3.4 - No ato da inscrição, o candidato deverá optar por 2 (dois) idiomas de Língua Estrangeira, a saber: Espanhol, Francês ou Inglês, podendo solicitar isenção em um dos dois quando houver **documento comprobatório** que justifique a isenção, conforme os termos da alínea "k" do item **II.2** deste Edital. **Não serão feitas trocas de opção de língua estrangeira após o término das inscrições, nem serão considerados pedidos de isenção que não estejam devidamente acompanhados do documento comprobatório de aprovação da língua estrangeira no Mestrado.**

3.5 - No ato da inscrição *online* o candidato deverá indicar o(a) orientador(a) do Projeto de Pesquisa ao qual pretende se vincular, conforme constante do Anexo I deste Edital.

3.6 - Candidatos estrangeiros deverão anexar:

3.6.1 - Diploma de mestrado e histórico escolar do mestrado completo com vistos consulares brasileiros e tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil, excetuando os diplomas e históricos em inglês, francês e espanhol.

3.6.2 - Passaporte válido com visto de entrada no Brasil, se cabível.

3.6.3 - Para o caso de inscrição feita do exterior, passaporte válido autenticado pelo Consulado Brasileiro mais próximo.

3.7 - Em caso de inscrição realizada no exterior, a documentação do candidato deverá ser autenticada exclusivamente em agência consular brasileira.

3.8 - Resultado da Inscrição:

a) A inscrição dos candidatos no processo seletivo para o Programa de Pós-graduação em Educação só será confirmada após verificação da documentação enviada.

b) O resultado da inscrição será divulgado no mural externo do ProPEd e por meio do site www.proped.pro.br, no dia **20/09/2018 após 16 horas**, em uma listagem constando a menção: **inscrição homologada** ou **inscrição não homologada**.

c) Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item **3.2** (e **3.6**, no caso de estrangeiros) terão menção de inscrição não homologada, estando, portanto, eliminados do processo seletivo.

d) Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.

IV - PROCESSO SELETIVO:

4.1 - O processo seletivo será constituído das seguintes etapas obrigatórias:

a) Análise do projeto de tese e do Memorial acadêmico pela Comissão de Seleção e pelo orientador sugerido pelo candidato (caráter eliminatório).

a.1) Os projetos serão avaliados de acordo com (i) sua adequação ao projeto de pesquisa ao qual se candidata; (ii) sua coerência; (iii) seu rigor argumentativo; e (iv) sua adequação metodológica.

a.2) Na avaliação do Memorial acadêmico será considerada a qualidade da escrita e a compatibilidade da trajetória do candidato com o projeto de pesquisa escolhido.

b) Avaliação oral do projeto de tese (caráter eliminatório):

b.1) A arguição remeterá aos mesmos critérios de avaliação do item a.

b.2) Os docentes indicados como orientadores poderão participar da sessão de arguição de cada projeto.

c) Avaliação, pela Comissão de Seleção e pelo orientador sugerido pelo candidato, do Currículo Lattes (caráter classificatório):

c.1) Só serão consideradas para efeito de pontuação as informações contidas no Currículo Lattes acompanhadas de documentação comprobatória referente aos últimos 5 anos.

c.2) Na avaliação do Currículo Lattes serão considerados os seguintes aspectos: produção acadêmica, experiência em pesquisa e experiência profissional na área.

d) Provas de Língua Estrangeira.

A prova de língua estrangeira terá por objetivo avaliar a proficiência instrumental em duas línguas estrangeiras. As provas terão duração máxima de 02 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, sendo permitida somente a utilização de dicionário trazido pelo próprio candidato. O

candidato que necessitar fazer a prova de proficiência em duas línguas estrangeiras terá o prazo máximo de 05 (cinco) horas para a realização em sequência das duas provas.

d.1) Poderão solicitar isenção em uma das provas de língua estrangeira:

d.1.1 - candidato oriundo de país cujo idioma oficial seja o mesmo de uma das provas aplicada na seleção;

d.1.2 - candidato que tenha comprovante de aprovação em prova de língua estrangeira em concurso feito para curso de Mestrado credenciado pela CAPES. Quando não comprovado em histórico escolar, o documento comprobatório deverá ser apresentado no ato da inscrição, em conformidade com os termos da alínea "k" do item **3.2** deste Edital.

d.1.3 - A isenção não será automática e dependerá de parecer da Comissão de Seleção.

d.2) Candidatos estrangeiros prestarão adicionalmente exame de proficiência em Língua Portuguesa, exceto aqueles oriundos de países lusófonos.

d.2.1 - Candidatos estrangeiros que comprovarem, por meio da obtenção do CELP (Certificado de Excelência em Língua Portuguesa), proficiência no uso da língua estarão isentos da prova de proficiência em Língua Portuguesa.

V - CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS:

a) será considerado aprovado para a continuidade do processo seletivo o candidato que obtiver a menção **apto** na etapa eliminatória de avaliação do Projeto de tese e do Memorial acadêmico, conforme item **4.1** a;

b) será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na avaliação oral do projeto de tese;

c) será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na análise do Currículo Lattes;

d) será considerado aprovado na avaliação oral do Projeto de tese e na análise do Currículo Lattes o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);

e) será considerado aprovado na(s) prova(s) de língua estrangeira, o candidato que obtiver em cada uma a menção **apto**.

e.1) Candidatos que obtiverem a menção **não apto** na(s) prova(s) de língua estrangeira poderão realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de início do curso;

e.2) caso obtenha nova reprovação na(s) prova(s) de língua estrangeira, o candidato será desligado do curso;

e.3) o candidato estrangeiro que não obtiver a menção **apto** no exame de proficiência em Língua Portuguesa será eliminado do processo seletivo.

f) do resultado das etapas **b** e **c** (atendidas a exigência de nota mínima) será extraída uma média final ponderada com peso 6 (seis) para a avaliação oral (arguição) do Projeto de tese e peso 4 (quatro) para a análise do Currículo Lattes.

g) a média final mínima para a aprovação no processo seletivo será 7,0 (sete). O candidato poderá ser aprovado, mas não selecionado.

h) a classificação final dos candidatos será divulgada por ordem decrescente da média final obtida pelo candidato, no projeto de pesquisa ao qual indicou vinculação;

i) em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:

i.1) O mais idoso terá precedência, conforme o art. 27 da Lei Federal N°10741;

i.2) maior nota na avaliação oral (arguição) do projeto de tese;

i.3) maior nota na análise do Currículo Lattes.

j) caso não haja candidatos aprovados entre os concorrentes a um mesmo projeto de pesquisa, poderão ser remanejados, a critério da Comissão de Seleção, candidatos aprovados concorrentes a outros projetos de pesquisa, sendo respeitada sua classificação, sob primazia do critério de compatibilidade acadêmico-conceitual e expressa anuência das partes envolvidas.

VI - MATRÍCULA:

6.1 - Terão direito à matrícula os candidatos aprovados e selecionados, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto de pesquisa neste Edital.

6.2 - Para efetivar sua matrícula, o candidato deverá:

a) Imprimir o formulário de matrícula, assiná-lo e entregá-lo na Secretaria do ProPEd;

b) Apresentar na Secretaria do ProPEd originais e cópias dos seguintes documentos:

b.1. Diploma de **Mestrado, com data da defesa**, e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;

b.2. Original do histórico escolar completo do Mestrado, validado pela instituição emissora;

b.3. Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de Mestrado, será permitida a inscrição e matrícula, desde que apresente a certidão de conclusão do Mestrado, com data da defesa, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo;

b.4. Original da carteira de identidade ou da carteira nacional de habilitação;

b.5. Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade e/ou da carteira nacional de habilitação.

6.3 - Os candidatos que não apresentarem os originais e cópias dos documentos acima listados, serão desclassificados do processo seletivo, não podendo realizar sua matrícula.

6.4 - A matrícula dos candidatos selecionados neste processo se realizará **presencialmente, na Secretaria do ProPEd, nos dias 04 a 08 de fevereiro de 2019,** de 10:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h, quando os documentos exigidos no item 6.2 deste Edital deverão ser entregues, juntamente com o Formulário de Matrícula.

6.5 - Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação original, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste Edital.

VII. CALENDÁRIO

a) INSCRIÇÕES *ONLINE*:
Data: **15/08/2018 a 14/09/2018**.
Local: página do ProPEd (**www.proped2.pro.br**).

b) RESULTADO DA INSCRIÇÃO:
Data: **20/09/2018**.
Horário: **após 16:00h**
Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

c) RECURSO AO RESULTADO DA INSCRIÇÃO:
Data: **21/09/201 8 a 24/09/2018.**
Somente por e-mail encaminhado à comissão de Seleção do Doutorado através de *link* específico para recursos, disponível no formulário de inscrição do processo.

d) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA INSCRIÇÃO
Data: **26/09/2018, a partir de 16:00 h.**
Através de e-mail enviado ao endereço eletrônico especificado no formulário de inscrição do candidato.

e) RESULTADO DA ANÁLISE DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL:
Data: **19/10/2018** Horário: **a partir de 16:00h**
Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

f) DIVULGAÇÃO DAS DATAS DE AVALIAÇÃO ORAL DO PROJETO E MEMORIAL
Data: **24/10/2018**. Horário: **a partir de 16:00h**
Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

g) AVALIAÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL:
Data**: 25/10/2018 a 23/11/2018**.
Horário: a ser comunicado no Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br
Local: ProPEd/UERJ

h) RESULTADO DA AVALIAÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL:
Data: **27/11/2018**. Horário: **a partir de 16:00h**
Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

i) RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO:
Data: **30/11/2018**. Horário: **a partir de 16:00h**
Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

j) PROVAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA E DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA:
Data: **04/12/2018**. Horário: de **13:30h às 16:00h**
Os candidatos que necessitem fazer o exame de proficiência numa segunda língua farão esta prova no mesmo dia, 04/12/2018, no horário de 16:30h às 18:30h.
Local: ProPEd/UERJ

k) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS
Data: **05/12/2018**
Local: mural externo do ProPEd ou por e-mail enviado ao candidato pela Comissão de Doutorado.

l) RECURSOS AO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS
Data: **05/12/2018 a 12/12/2018**.
Por e-mail à Comissão de Doutorado.

m) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS
Data: **18/12/2018**, a partir de 16:00h.
Local: mural externo do ProPEd ou por e-mail enviado ao candidato pela Comissão de Doutorado.

n) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:
Data: **19/12/2018**. Horário: **a partir de 16:00h**
Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

o) RECURSOS AO RESULTADO FINAL:
Data: **19 e 20/12/2018,** por e-mail à Comissão de Doutorado, até 17:00h do dia 20/12/2018.

p) RESPOSTA AO RECURSO DO RESULTADO FINAL:
Data: **21/12/2018, a partir de 16:00h.** Mural externo do ProPEd ou por e-mail enviado pela Comissão de Doutorado ao candidato.

q) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 3.3:
Data: **04 a 08 /02/2019**. Horário: de **10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h**
Local: Secretaria do ProPEd.

r) DIVULGAÇÃO DA 1ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS:
Data**: 19/02/2019.** Horário: **a partir de 16:00h**.
Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

s) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 3.3 DOS RECLASSIFICADOS:
Data: **20 e 21/02/2019**. Horário: **de 10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h**
Local: Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação.

t) DIVULGAÇÃO DA 2ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS:
Até um dia antes da data prevista no calendário acadêmico do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2019.1 – Horário: **a partir de 14:00h**.
Local: mural externo do ProPEd e no sítio www.proped.pro.br.

u) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 3.3 DOS CONTEMPLADOS NA 2ª RECLASSIFICAÇÃO:
Até a data prevista no calendário acadêmico do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2019.1 – Horário: **de 10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h**.

VIII- DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não sendo aceita alegação de desconhecimento.

8.2 - Os históricos escolares devem ser validados pela instituição expedidora.

8.3 - Nenhum candidato poderá ingressar no local da prova de língua estrangeira após 30 minutos do início de sua realização, sendo que esse atraso não implica prorrogação do tempo disponível para realização das provas.

8.4 - As provas escritas de língua estrangeira deverão ser entregues ao fiscal da sala sem assinatura ou outra marca qualquer que permita revelar aos avaliadores a identidade do candidato.

8.5 - Os últimos três candidatos em cada sala deverão sair juntos.

8.6 - O exame de seleção só terá validade para Curso que será iniciado no primeiro semestre de 2019.

8.7 - Havendo desistência do candidato aprovado após o início das atividades didático-pedagógicas, fora do calendário de reclassificação, serão chamados, em ordem de classificação, os candidatos aprovados e não selecionados, até a sexta semana após o início do período letivo. Após esse período, mesmo que haja alguma desistência, os candidatos não serão mais chamados.

8.8 - O Programa não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado no item 3.2, por falta a uma das provas, desistência durante o processo, ou qualquer outra circunstância.

8.9 - A Comissão de Seleção é composta por 05 (cinco) docentes, os quais se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.

8.10 - A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, convocar outros membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ para participar da correção das provas de língua estrangeira, da análise dos projetos de tese, da análise dos currículos dos candidatos e das Arguições.

8.11 - O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da Comissão de Seleção.

8.12 - A Comissão de Seleção reserva-se o direito de alterar o calendário, diante de circunstâncias que assim o justifiquem, dando ciência aos interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br).

8.13 - **A documentação original ou cópia autenticada anexada no momento da inscrição pelos candidatos selecionados no processo seletivo deverá ser apresentada no momento da matrícula. A ausência ou não comprovação de qualquer documento implicará na desclassificação do candidato, podendo assim ser chamado o próximo classificado da lista dos aprovados.**

8.14 - Os candidatos, em caso de deficiência física, devem informar à respectiva Comissão, via e-mail, qual é a deficiência e qual o atendimento especial necessário à realização da prova escrita, por exemplo: surdo (tradutor).

8.15 - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.

8.16 - A Coordenação do Programa é responsável pela gerência administrativa e infraestrutural do processo de seleção.

8.17 - **Qualquer informação que não constar no presente edital deverá ser enviada para o e-mail da Comissão de Doutorado que será divulgado no site** www.proped.pro.br

IX -. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIAS E INFORMAÇÕES:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - ProPEd
Rua São Francisco Xavier, nº 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Bloco F, Sala 12.037
Bairro Maracanã, CEP: 20550-013, Rio de Janeiro - RJ
Telefone(s): (0XX21) 2334-0467 — Fax: (0XX21) 2334-0120
Página: www.proped.pro.br
E-mail: secretaria@proped.pro.br

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2018
Maria Isabel Ramalho Ortigão

Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ

Anexos

Anexo I- QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA

Anexo II- LISTA DE PROJETOS

Anexo III- FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Anexo IV FORMULÁRIO DE INFORMACOES SOCIOECONÔMICAS

Anexo V – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

ANEXOI – Quadro de vagas por linha de pesquisa

Linha "Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais"

Professores	Vagas
1- Aldo Victório Filho	02
2- Alexandra Garcia	01
3- Gustavo Coelho	02
4- Mailsa Passos	01
5- Maria da Conceição Silva Soares	02
6- Nilda Alves	02
7- Stela Guedes Caputo	02
Total	**12**

Linha "Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura"

Professores	Vagas
1- Alice Ribeiro Casimiro Lopes	02
2- Elizabeth Fernandes de Macedo	02
3- Raquel Goulart Barreto	01
4- Rita de Cássia Prazeres Frangella	02
5- Rosanne Evangelista Dias	01
6- Talita Vidal Pereira	02
Total	**10**

Linha "Educação Inclusiva e Processos Educacionais"

Professores	Vagas
1- Leila Regina d'Oliveira Paula Nunes	01
2- Luiz Antônio Gomes Senna	01
Total	**02**

Linha "Infância, Juventude e Educação"

Professores	Vagas
1- Maria Luiza M. B. Oswald	02
2- Walter Omar Kohan	01
3- Ligia Aquino	01
4- Miriam Leite	01
5- Rita Ribes	01
6- Vera Vasconcellos	01
Total	**07**

Linha "Instituições, Práticas Educativas e História"

Professores	Vagas
1- Alexandra Lima da Silva	02
2- Ana Chrystina Venancio Mignot	01
3- Lia Ciomar Macedo de Faria	02
4- Marcia Cabral da Silva	02
5- Maria Celi Chaves Vasconcelos	02
6- Sonia Camara	01
Total	**10**

Total Geral	**41**

ANEXO II

LISTA DE PROJETOS

CULTURAS JUVENIS & E VIDAS BONITAS NAS ESCOLAS: ENSINO DA ARTE, CULTURA VISUAL E COTIDIANO

Coordenação: Aldo Victório Filho

Trata-se de uma pesquisa dedicada à investigação e discussão sobre os modos juvenis de ser e ficar nas escolas, com um olhar particularmente dirigido aos corpos e a produção estética e relações com a Cultura Visual, Imagens e Arte, portanto, política que realizam. Uma investigação a respeito da figuração estética que os jovens põem em relevo quando se singularizam para dizer o que são e territorializam e, por meio das suas imagens, as diferenças que desejam que se façam presentes com suas vidas. O ponto de partida é a admissão de que, nas escolas, a beleza é uma produção juvenil relativa à intenção da autonomia do estudante frente às práticas de poder que a institucionalização escolar difunde. Em outros termos, a produção estética, especialmente no universo juvenil, é inseparável das movimentações emancipatórias, na medida em que são geradas em consonância com a intenção libertadora. No que toca especificamente à educação e centralmente ao ensino da arte nos leva, a nós que nos ocupamos desse campo nas universidades, a repensar as tradições e as contradições dos percursos e percalços dos ensinos das Artes na educação básica. Assim o caminho da pesquisa é a investigação da produção estética dos jovens nas escolas públicas, e perscrutar o sentido estético e político da beleza como produção juvenil relativa à busca e exercício da autonomia frente às práticas de poder que atravessam e, sob muitos aspectos, se disseminam no cotidiano escolar

DIÁLOGOS ESCOLAS-UNIVERSIDADE: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE E PRODUÇÃO DOS CURRÍCULOS NOS COTIDIANOS

Coordenação: Alexandra Garcia

O Projeto de pesquisa se desenvolve na área de currículo, cotidiano e formação de professores. Entende o cotidiano e as experiências vividas como centrais para o estudo dos processos e múltiplos contextos com os quais nos tornamos professores. Tem por objetivos investigar processos formativos e experiências em formação docente que articulem escolas e universidade e apontem caminhos para desconstruir representações demeritórias sobre escola e docência. A partir da articulação entre o projeto de extensão em andamento e os resultados anteriores de pesquisa, pretende-se levantar e estudar experiências com processos formativos buscando propostas que operem princípios de horizontalidade, dialogicidade e de produção mais coletiva e solidária dos saberes docentes. Visa produzir conhecimentos que contribuam para a formação de professores para a justiça social, produzindo caminhos teórico-metodológicos com os currículos diante das imprevisibilidades, heterogeneidades e complexidade dos cotidianos escolares. Dialoga, para tanto com o pensamento de Negri (2003; 2016) quanto às noções de "multidão", "singularidade" e "comum". Ainda, com os estudos sobre as questões de "sentido e presença" discutidas por Gumbrecht (2010) e as reflexões sobre o "pensamento abissal" e "ecologia dos saberes" (SANTOS, 2010). Dentre os métodos priorizados para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos estratégias de estudo e

intervenção que incluem rodas de conversa e produção de narrativas (escritas e orais) que trazem à tona as redes de produção de saberes entre os professores. Incluem, ainda, alunos de cursos de licenciatura da Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ). Procuramos apontar que a produção de fazeres e saberes docentes pode ser estudada e potencializada por ações baseadas na promoção de espaços sistemáticos de diálogos, tanto por se constituírem como espaços coletivos de negociações políticas e epistemológicas dos currículos, quanto por operarem lógicas de produção dos fazeres e saberes docentes mais solidárias e horizontalizadas. Entendemos que o estudo das narrativas produzidas nas conversas com alunos e professores contribui para a desinvisibilização das invenções das práticas e sentidos de docência e para a sistematização desses saberes.

FLORES DE ÉBANO: ESCRITAS DE SI E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
Coordenação: Alexandra Lima da Silva
Este projeto procura analisar os significados das escritas de si na experiência de escravizadas e escravizados no século XIX. Procura também interpretar os significados da inserção de tais sujeitos no universo da cultura escrita, sinalizando para a importância de compreender os diferentes saberes e experiências dos sujeitos escravizados. Objetiva mapear e cruzar documentos diversos, tais como autobiografias, relatos de viagem, correspondências, jornais, dentre outras fontes, no sentido de compreender a importância da educação na experiência de escravizados, com especial atenção aos Estados Unidos e ao Brasil. O presente projeto defende que as escritas de si significaram um tipo de resistência para muitos dos sujeitos no século XIX. Dar visibilidade às escritas dos escravizados é percebê-los como seres humanos complexos, dotados de experiências, culturas, memórias e saberes.

POLÍTICAS DE CURRÍCULO EM UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA
Coordenação: Alice Ribeiro Casimiro Lopes
Este projeto busca aprofundar a compreensão da política de currículo em um enfoque pós-fundacional e pós-estrutural, operando com a desconstrução das representações sedimentadas do que vêm a ser: currículo de qualidade, sujeito educado, boa escola, bom ensino, conhecimento legitimado/poderoso, e currículo para o futuro, dentre outras representações que norteiam os sentidos da política. São particularmente investigadas nesta pesquisa as atuais políticas de educação básica, destacando aquelas dirigidas para o ensino médio, nível que, por ter o caráter de terminalidade, é construído fortemente pelo projeto de formação do sujeito educado (sujeito para o mundo em mudança, sujeito emancipado, cidadão, profissional e tantos outros discursos associados ao projeto social da educação). Como material empírico, são priorizados os documentos curriculares que circulam socialmente, seja com assinatura do MEC ou de consultores oficialmente convidados, sejam as produções acadêmicas que apresentam orientações curriculares/teorias/proposições para as políticas. Este projeto se articula diretamente ao projeto Estudos Interdisciplinares em Teoria do Discurso, apoiado no âmbito do Programa Bilateral Faperj/CONICET (ver resumo em

www.proped.pro.br). É por intermédio da centralidade do político e da crítica aos fundamentos fixos do social que a teoria do discurso vem sendo incorporada à Educação e mais centralmente ao campo do Currículo. Tal incorporação se faz no âmbito do questionamento das próprias bases do projeto educacional da Modernidade, provocando impasses importantes na forma de compreender as finalidades educativas. Os projetos em andamento de mestrandos e doutorandos vinculados a esta pesquisa focalizam a educação básica, a formação de professores, o currículo escolar, o currículo de disciplinas específicas, com foco nas políticas de currículo e nos enfoques discursivos, sempre na perspectiva de valorizar as dimensões antagônicas, conflituosas, indecidíveis e indeterminadas, porque contingentes, da política.

Travessia entre a ciência e a fé: a nova pedagogia para a educadora católica Laura Jacobina Lacombe (1927-1932)

Coordenação: Ana Chrystina Venancio Mignot

Seguindo as pistas deixadas pelos historiadores da educação que, ao se voltaram para as viagens de educadores como um dispositivo de apropriação e circulação de modelos pedagógicos, examinam a importância que o Instituto Jean-Jacques Rousseau desempenhou, na fabricação de uma nova sensibilidade pela infância que orientou a defesa da escola como direito das crianças e a necessidade de assegurar métodos de ensino renovadores, este estudo se volta para as duas primeiras viagens de Laura Jacobina Lacombe, à Suíça (1925 e 1927) e as duas primeiras que realizou à Bélgica (1927 e 1933). Atuante na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, posteriormente, na Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (APC), ela se tornou um dos mais importantes elos de ligação entre a ABE e o instituto suíço, onde estavam os educadores que lideraram a produção e difusão de ideário pedagógico renovador – A. Ferrière, P. Bovet e E. Claparède – bem como com O. Decroly, em Bruxelas. Ao eleger as viagens de Laura Jacobina Lacombe para investigar como se apropriou das propostas escolanovistas na produção e difusão do discurso educacional católico, reconheço que o laicato católico é mais heterogêneo e complexo do que se supõe, como propõe Bernadete de Lourdes Streisky Stang (2008), e assumo a perspectiva de Marta Chagas de Carvalho (2002) quando lembra que, diferentemente do que se tem acreditado, a militância católica não se opôs ao avanço das novas propostas pedagógicas e se mobilizou para difundir "a sua versão da nova pedagogia". Para interpretar a travessia física e intelectual entre a ciência e a fé, busco, na documentação existente em diferentes instituições de guarda, suas convicções pedagógicas e crenças religiosas que informam e conformam seus modos de ver, ouvir, experimentar e propagar. A investigação pretende melhor compreender a hibridização de princípios e práticas escolanovistas e católicas por ela apropriados e difundidos, contribuindo, deste modo, para matizar uma certa versão consagrada na historiografia da educação.

CURRÍCULO, SUBJETIVIDADE E DIFERENÇA

Coordenação: Elizabeth Fernandes de Macedo

Este projeto é construído como desdobramento de pesquisas que venho realizando nos últimos 15 anos, dedicadas ao estudo das políticas curriculares em matriz pós-

estrutural e pós-colonial. Minha preocupação mais específica é com a temática da diferença, de modo que tenho priorizado a desconstrução das estratégias discursivas utilizadas pelos textos curriculares para a fixação da alteridade que embasam práticas de hierarquização cultural. O foco do que venho desenvolvendo tem recaído sobre a compreensão dos processos de fixação da alteridade, o que acaba dando visibilidade aos discursos de controle e aos contextos em que eles se inscrevem. Este projeto nasce do desconforto gerado por tal observação, com o intuito de destacar a ambivalência dos discursos hegemônicos/coloniais e o excesso que escapa à totalização da norma. De forma resumida, a proposta tem como objetivo entender como se constitui a subjetividade, a alteridade de si, de sujeitos estereotipados em relação a um Eu padrão no espaço da escola. Do ponto de vista teórico, a ideia de que o discurso hegemônico/colonial é sempre habitado por um excesso que o fratura será construída em diálogo com a teoria do discurso de E. Laclau, mas principalmente com os discursos pós-colonial de H. Bhabha, feminista e queer [especialmente J.Butler].A principal estratégia metodológica utilizada será a narrativa [auto]biográfica, buscando entender as reterritorializações subversivas do reconhecimento em experiências na escola, sem supor a possibilidade de isolá-la. O ceticismo pós-estrutural em relação à possibilidade mesma da representação, assim como à autodeterminação do sujeito, tornou problemático o uso de narrativas [auto]biográficas na pesquisa. A matriz de intelegibilidade desse tipo de pesquisa foi posta em questão, de modo que este projeto busca redefinir seus conceitos—sujeito, experiência, fala, verdade — para além da metafísica da presença.

CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: PROBLEMATIZAÇÕES INTERSECCIONAIS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Coordenação: Fernando Altair Pocahy

Projeto guarda-chuva do Grupo de Estudos em Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades na Educação e na Saúde – Geni/PROPEd/UERJ. O conjunto de investigações que compõem este projeto eixo busca compreender como determinadas redes discursivas são agenciadas e articuladas na produção de subjetividades e cotidianos. No rastro de problematizações acerca da produção de regimes de verdade, a partir de análises interseccionais sobre corpo, gênero, sexualidade, gerações, raça/etnia e classe, entre outros marcadores sociais de diferença, as pesquisas(-intervenções) que integram este projeto discutem os efeitos (hetero)normativos da constituição dos modos de vida na (trans)contemporaneidade. As pesquisas(-intervenções) associadas ao projeto eixo assumem como pressupostos e abordagens teórico-metodológicas as análises pós-estruturalistas presentes nos Estudos Feministas e de Gênero, Queer e Pós-coloniais. O projeto guarda-chuva está articulado a partir de três linhas de investigação: 1. Gênero, diversidade sexual e geração/idade, com o objetivo analisar formas de regulação do gênero e da sexualidade em sua articulação com a produção discursiva em torno do dispositivo da idade e geração (com ênfase atualmente para o envelhecimento); 2. Pedagogias de gênero e da sexualidade, problematiza como as pedagogias de gênero e da sexualidade - exercidas e veiculadas por múltiplas instâncias da cultura - se articulam à produção das hetero/ homonormatividades e seus efeitos na constituição de processos de subjetivação, com ênfase para a relação entre práticas articuladas entre educação e

saúde; e 3) Políticas queer e [trans]contemporaneidade: as pesquisas nesta linha analisam processos de subjetivação a partir de produções ético-estético-(micro)políticas na (re)invenção dos modos de vida na/da [trans]contemporaneidade, com ênfase para os movimentos de dissidência e contestação às hetero/homonormatividades.

ESTÉTICAS MARGINALIZADAS: JOVENS EM DESCOLONIZAÇÃO *ÉTICAESTÉTICA*.
Coordenação: Gustavo Coelho

Assumindo a dimensão estética como condição humana, o que pressupõe, portanto, uma expansão do conceito de estética, grosso modo deslocando-o de sua aderência "fria" exclusiva às obras de arte, a uma concepção etimológica e "quente" do termo grego *aisthesis*, este projeto, em companhia de Nietzsche, Foucault e Maffesoli, entende a vida, a subjetividade, como lugar de artistagem, aproximando, portanto, ética e estética. Se, então, a dimensão estética é essa que inclui as sensações, as emoções, os jeitos, os gestos, o corpo como (in)acabamento de fruição, permeável aos afetos, sendo o ser humano, nas palavras de Fanon, "um SIM vibrando com", é justamente nela que algo de incontrolável, algo de indeterminado, segue agindo a despeito dos "fins objetivantes", como disse Lacan, de nossa "consciente" autorização. Trata-se então de algo que mesmo sendo nós mesmos, difere de nós, ameaçando portanto o monopólio da razão instrumental individual que concebeu o sujeito moderno ensimesmado, para o qual quanto maior o esclarecimento, mais próximo ele estaria de um total domínio sobre si e o mundo, sendo então a ameaça de um possível pluralismo dinâmico naquilo que parece ser incontrolável, um fantasma a ser esconjurado. Nesse sentido, o conceito de Diferença em Deleuze, Guattari e Derrida, os estudos da presença, da subjetividade e seus cruzamentos entre a linguagem e a psicanálise, especialmente em Gumbrecht, Blanchot, Barthes, Lacan, Freud, Jung e Fanon, assim como as contribuições da antropologia na radicalização da crise epistemológica moderna, sobretudo os estudos ameríndios em Viveiros de Castro e Pierre Clastres, nos interessam primordialmente. Apostamos, então, no campo da estética como lugar que, por guardar incompatibilidades ao racionalismo ocidental moderno, guarda também indícios eloquentes do que de nós fora descartado na consolidação desse império. Em todo caso, mesmo com esse espectro teórico que nos inscreve em um campo alargado, politicamente privilegiamos pesquisas de campo que tenham como interesse experiências estéticas daqueles humanos menos adequados, "outsiders", de currículo esquizo, sem carreira e sem conforto, loucos, molecada correria do "fundão" da sala-de-aula, justamente sob os quais pesa a identidade antagônica de serem os que servirão de figura comparativa negativa, "servem para nada", "vagabundos", "pestes", destinados ao "fracasso" existencial e também escolar. Como esses experienciam e dão contornos a tal demanda, a tal drama de paradoxalmente serem encaixados em categorias fixas negativas, mas feito "NÃOs" afirmativos se comportarem como refluxos de uma imanência indomesticada, contrapontos da estabilidade? Formular respostas a essa pergunta é nosso objetivo principal, enquanto que a percepção de que se trata de um universo onde destinatários das imagens e valores negativos à sociedade, mesmo assim inventam e enunciam linguagens outras, é nossa principal justificativa. Quê linguagens, quê estéticas, quê ethos se vive enquanto manejos possíveis numa subjetividade que opera nesse cruzamento irresoluto de ser afixado em um "NÃO" afirmativamente

dinâmico dentro de um regime imobilizante? A despeito, então, da negligência, marginalização e desqualificação das quais são geralmente alvos, acreditamos que nestes cotidianos está em constante e dramática modelagem uma série de formas de resistência, de reinvenção descolonial, de conhecimento e mesmo de sofisticação conceitual.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Coordenação: Leila Regina d'Oliveira Paula Nunes

A atual proposta dá continuidade ao projeto de pesquisa iniciado em 2013 e em vias de finalização (NUNES, SCHIRMER, 2013), financiado pelo CNPq (Proc. 501388/2013-3) e pela FAPERJ (Proc. 102.319/2013). A proposta atual visa avaliar: a) os efeitos dos procedimentos de autoscopia na formação dos professores participantes do estudo anterior e b) os efeitos da proposta denominada de Salas Abertas, ou seja, a oferta de palestras e oficinas por esses professores a seus colegas professores de SRM nas regiões de suas CREs. Após a implementação da formação continuada sob forma de palestras, workshops, discussão de textos, apresentação de vídeos e demonstração de recursos de Comunicação Alternativa de alta e baixa tecnologia durante os anos de 2013 e 2014 , a partir de 2015, será introduzido o procedimento de autoscopia. Os professores participantes farão videogravações de sua própria atuação junto ao alunos nas SRM e/ou nas salas regulares e enviarão tais vídeos de trinta minutos de duração aproximadamente para as pesquisadoras analisarem-nos previamente e selecionarem as cenas contendo situações criticas. Após a seleção de tais cenas, os participantes e os agentes de intervenção se encontrarão para realizar sessões de autoscopia. Autoscopia diz respeito a uma ação na qual o eu se analisa em torno de uma finalidade, a partir de um objetivo específico. Ela envolve um procedimento de coleta de dados que registra por meio da videogravação a ação do sujeito e, em sequencia, coloca-o como avaliador de seu próprio desempenho. Assim, durante tais sessões, a apresentação dos vídeos para todos os participantes será igualmente filmada. Nesses encontros, que ocorrerão na Oficina Vivencial do IHA, o autor de cada vídeo é solicitado a avaliar seu próprio desempenho assim como o de seu aluno. Os demais professores e agentes de intervenção serão igualmente estimulados a comentar sobre o vídeo assistido e dar sugestões. Concomitantemente, estes professores, funcionando como multiplicadores de conhecimento, oferecerão curso de formação, em forma de palestras e/ou realização de oficinas para os colegas professores de SRM nas regiões de suas CRE. Esta fase é denominada de Salas Abertas. As sessões das Salas Abertas serão filmadas e transcritas para posterior análise do impacto que a formação causará nos profissionais presentes. Educadores e pesquisadores concordam que a perspectiva atual da inclusão dos alunos com deficiência exige o repensar da escola, de modo a proporcionar ensino de qualidade para todos os alunos, sem exceção. Para que isso ocorra, a formação de professores torna-se essencial nesse processo. No Rio de Janeiro, a Oficina Vivencial de Ajudas Técnicas para Ação Educativa, um serviço do Instituto Municipal Helena Antipoff (IHA), órgão da Secretaria Municipal de Educação tem direcionado seu trabalho na formação continuada de professores e na busca de estratégias e recursos de Tecnologia Assistiva que facilitem a participação desses educandos especiais nas atividades

escolares cotidianas. O projeto de pesquisa visa a implementação e a avaliação de um programa de formação continuada de professores da rede pública do ensino municipal para atuação nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de Referência, as quais funcionarão como agentes multiplicadores das ações formativas da Oficinal Vivencial. Mais especificamente, esses professores serão ensinados a planejar, implementar e avaliar recursos e serviços da Tecnologia Assistiva nas áreas ligadas à escola como: comunicação alternativa e ampliada, acesso ao computador e atividades e materiais pedagógicos adaptados para atender alunos do ensino fundamental que apresentem severos comprometimentos em sua comunicação oral, como os alunos com paralisia cerebral, autismo e deficiência múltipla. Participarão do estudo vinte e dois professores de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), selecionados pelas equipes ligadas às doze CREs (Coordenadoria Regional de Educação) do município, alunos sem fala articulada e/ou funcional acompanhados por esses professores das SRM, pesquisadoras da UERJ e a equipe de professores da Oficina Vivencial. O estudo será desenvolvido em quatro fases, a saber: na 1ª fase os professores das SRM de Referência preencherão questionários para coletar informações sobre o próprio perfil, seu conhecimento a respeito de deficiência, Tecnologia Assistiva (TA), e Comunicação Alternativa (CA) e suas atitudes quanto às possibilidades de comunicação dos alunos sem fala articulada assim como suas expectativas quanto à CA. Dados sobre o perfil dos alunos com deficiência atendidos e os recursos humano e material disponível para esse alunado no contexto escolar serão igualmente coletados. Na 2ª fase, será oferecido o curso de formação continuada de 44 horas de duração, durante seis meses com uma abordagem problematizadora para os professores das SRM. Na 3ª fase, os professores que receberam o curso de formação serão os multiplicadores de conhecimento, ou seja, eles oferecerão curso de formação para seus colegas professores de SRM nas regiões de suas CREs. Finalmente, na 4ª fase, serão realizadas sessões de observação três meses após o término do curso referido na terceira fase em uma amostra das SRM de Referência. Os questionários aplicados com os professores na primeira fase serão reaplicados com acréscimo de questões referentes à percepção dos professores quanto ao uso efetivo da TA e CA, seus benefícios e entraves.

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS DE PROFESSORES E AÇÃO POLÍTICA (1960/1980)

Coordenação: Lia Faria

A proposta em tela busca dar continuidade as investigações empreendidas durante o projeto: *História e educação na reconstrução democrática luso-brasileira (anos 1960/1980).* Tal projeto, encerrado em 2018, visava identificar as marcas da produção cultural (anos 1960/1980) no processo de transição entre o Estado de exceção e o Estado de Direito, recuperando, em particular, o cenário político da redemocratização, sendo o fio condutor a formação cultural e as práticas políticas que inspiraram o professorado. Discutindo, assim, o processo de construção do pensamento educacional naquelas décadas, em meio a suas contradições, identificando rupturas e permanências circulantes no imaginário docente. Ao darmos prosseguimento em nossas pesquisas, observamos a necessidade de direcionar nossos questionamentos a compreensão do campo da formação docente e da sua relação com práxis política do professorado e das características que

delineiam a carreira docente nos anos de 1960 e 1980. Nesse sentido, o estudo analisa a participação docente no campo político e cultural, assinalando os impactos e marcas provocados por tais práticas. Ao discutir tais questões, daremos continuidade ao levantamento que vem sendo realizado desde 2007, de depoimentos dos atores sociais que vivenciaram aquele período, como professores, gestores, alunos e outras personagens dessa história vivida. Para enfrentar a tarefa desta pesquisa, nos fundamentaremos teoricamente em Thompson (1997), Faria (2012, 2016), Le Goff (1992), Tavares (2016), Pintassilgo (1998), entre outros, assim como nas análises que Walter Benjamin (1993) fez do processo narrativo. A investigação apoiar-se-á ainda, em fontes de documentação diversas: as fontes não escritas (objetos e vestígios materiais, iconografia); as fontes escritas oficiais e as não-oficiais (imprensa, revistas e livros). Por fim, quanto à elaboração do roteiro das entrevistas utilizaremos os roteiros indicados por Alberti (1990), Albarello (1997) e Ferreira (1996).

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL UNIVERSITÁRIA: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA EM DIÁLOGO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO
Coordenação: Ligia Maria M. L. Leão de Aquino

O projeto visa compreender como as políticas e práticas para a educação da pequena infância têm se produzido e afetado as Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (UUFEI) no que se refere às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir da publicação da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) de nº 1 de março de 2011, que fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. A metodologia adotada se utiliza de análise de documentos, entrevistas e observação de campo de modo a apreender a complexidade da realidade de duas UUFEI, localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Pretendemos com esta pesquisa contribuir para a ampliação das investigações sobre as UUEI, federais e estaduais, evidenciando seu papel de referência para as práticas de educação infantil, como nossas pesquisas e outros estudos tem apontado. Esperamos ainda intensificar os estudos sobre as políticas educacionais para a primeira etapa da educação básica e suas implicações com as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas instituições e seus profissionais, fortalecendo os projetos comprometidos com a democratização da educação, seja na garantia de acesso, mas também nos mecanismos de participação e decisão, inclusive das crianças. A relevância para a área de atuação está na possibilidade de elaborar conhecimento sobre as UUEI, campo pouco investigado apesar dos seus mais de 40 anos de existência, e por permitir ampliar o acervo de documentos já catalogados em nossas pesquisas anteriores, deverá alimentar outras pesquisas, desenvolvidas inclusive por pesquisadores de outros centros e regiões. A relevância também se destaca por buscar analisar as políticas e práticas de educação infantil, quando esta, como primeira etapa da educação básica, vem sofrendo uma série de ameaças na sua consolidação como parte das políticas educacionais. Infelizmente, reformas e medidas adotadas pelo atual governo federal, que sem impôs através da destituição da presidente eleita, têm reduzido os financiamentos à educação e descaracterizado a educação infantil (assim como toda a Educação Básica) como um direito das crianças. Esperamos desse modo, contribuir na formulação de estratégias de resistência e investimento por uma educação democrática e popular.

CULTURAS EM CONTATO NO PROCESSO DE LETRAMENTO

Coordenação: Luiz Antônio Gomes Senna

Programa e base do VI ciclo de pesquisas do Grupo Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, retoma abordagens de cunho teórico no estudo das condições gerais do processo de letramento na educação básica brasileira, no âmbito do qual estão incluídos os diferentes campos curriculares vinculados, a saber: alfabetização, formação de leitores, produção de textos, educação matemática e científica. O programa congrega projetos específicos de pesquisa e formação de RH em nível de mestrado e doutorado, cujos objetivos visam a contribuir com a identificação de fatores responsáveis pela perpetuação de situações de severo custo no desenvolvimento e uso dos códigos e sistemas de representação da cultura letrada escolar na sociedade brasileira. Seus objetos primários variam entre: (i) fenômenos associados às propriedades intelectuais e socioafetivas de sujeitos sociais em condição de diversidade, sejam entre aqueles com necessidades especiais, ou em condição de marginalidade cultural, e (ii) fenômenos associados às propriedades estruturais e estruturantes das peças mais representativas da cultura letrada moderna, a saber, a escrita alfabética e as representações algorítmicas da matemática. O programa dá consecução a estudos anteriores do grupo de pesquisa, deles resgatando os conceitos de sistemas metafóricos e de modos do pensamento, com base nos quais fundamentam-se explicações que nos permitem caracterizar as produções realizadas por alunos em processo de letramento como formas plenas e legítimas, em coerência com a noção vygotskiana de desenvolvimento proximal. Nesta fase de estudos, o grupo avança na investigação de fatores que resultam em custo severo de plena apropriação das formas reconhecidas como adequadas à cultura letrada. Consideram-se, aqui, a formação inicial na alfabetização (com foco sobre os casos interdição no processo de construção da escrita) e os casos ordinariamente associadas àquilo que se vem usando chamar analfabetismo funcional, identificado tanto no uso da escrita alfabética como no dos recursos da matemática escolar, ou outros instrumentos da cultura acadêmica.

LIVROS EM COLEÇÕES: O CASO DA BIBLIOTECA INFANTIL DA LIVRARIA QUARESMA (1894-1960) – Fase II

Coordenação: Marcia Cabral da Silva

Neste projeto, busca-se dar continuidade à pesquisa anterior - *Livros em coleções: o caso da Bibliotheca Infantil da Livraria Quaresma (1894-1960) Fase I*- por meio da qual se examinou a invenção da *Bibliotheca Infantil* pela Livraria Quaresma Editora ou Livraria do Povo (Rua São José, 65/67). Tratou-se de um investimento no último quartel do século XIX de livros baratos para o povo, assim como de livros para crianças, brinquedos, poemas, peças de teatro, contos adaptados para a realidade brasileira, de conteúdo moral, histórias proveitosas e piedosas de vários países, traduzidas umas e outras colhidas da tradição oral. Se, em um primeiro momento, identificaram-se o livreiro editor Pedro da Silva Quaresma e o jornalista Alberto Figueiredo Pimentel como mentores comerciais e intelectuais do empreendimento, nesta segunda fase da pesquisa, almeja-se investigar as redes de sociabilidade dos intelectuais que participaram do projeto editorial e, de algum modo, contribuíram para a consolidação do projeto inicial. De um lado, chama a atenção o protagonismo do ilustrador e caricaturista Julião Machado, com inserção nos periódicos em circulação à época, e tendo as ilustrações do início da coleção (1894) reproduzidas até os anos de 1960 nos livros da *Bibliotheca Infantil* Quaresma. Importa verificar,

em acréscimo, o protagonismo de outros intelectuais que teriam participado do projeto por meio da autoria de textos, do exercício da crítica, como Julia Lopes de Almeida. De outro lado, nota-se que a coleção é formada de livros pertencentes a vários gêneros do discurso: contos, poemas, dramas, atividades de entretenimento como jogos, charadas. De tal modo, busca-se, nesta etapa, mapear e examinar esses gêneros do discurso, com a finalidade de se compreender as séries que constituíram a coleção, assim como o modo de se assegurar a fidelidade dos leitores até os anos de 1960 por meio de um formato material regular e as estratégias de conformação de um público leitor. Com vistas ao exame, o estudo apoia-se em pressupostos teórico-metodológicos extraídos da História da Leitura, da História da Edição, da História Intelectual, assim como da epistemologia bakhtiniana sobre os gêneros do discurso. De modo geral, interessa-nos agregar pesquisadores que investiguem a história do livro e da leitura, com especial ênfase no período analisado.

ENCONTROS COM A AFRODIÁSPORA EM AMBIENTES EDUCATIVOS: ESTÉTICA, DIALOGIA E ENUNCIAÇÃO

Coordenação: Mailsa Carla Pinto Passos

O projeto "Encontros com a afrodiáspora em ambientes educativos: estética, dialogia e enunciação" consiste no desdobramento de outros dois projetos. O primeiro deles, "Artes do fazer: diálogos e alianças da afrodiáspora em redes educativas", e o projeto "Culturas, sonoridades e processos identitários afrodiaspóricos na comunidade escolar Compositor Luiz Gonzaga". No presente projeto, temos como objetivo aprofundar nossos estudos sobre a afrodiáspora e compreender as narrativas dos sujeitos afrodiaspóricos sobre si e os processsos de negociação cultural presentes nestes discursos e práticas. Pretendemos compreender como se enunciam – suas linguagens, os diálogos culturais em sua dimensão ética e estética. Estas enunciações, em nosso ponto-de-vista, são acontecimentos com potencial emancipatório e de ressignificação da vida social. Temos como meta conhecer e registrar as formas de apropriação e usos (CERTEAU, 2006) das práticas culturais – as artes do fazer certeaunianas - tendo como princípio que os ambientes educativos são espaçostempos de emergência de saberes e que o cotidiano é espaçotempo de criação onde circulam discursos polifônicos (BAKHTIN, 2003), que nos oferecem pistas sobre os processos de negociação cultural. A pesquisa prevê tambéma a produção um arquivo audiovisual dessas enunciações, com a intenção de registrar a emergência de saberes e performances culturais produzidos como não existência, como nos sinaliza Santos, 2003. Temos como base teórica para este estudo Mikhail Bakhtin, Frantz Fanon, Michel de Certeau, Paul Gilroy, Muniz Sodré, Boaventura de Sousa Santos, Edward Said, dentre outrxs.

OS CAMINHOS PARA ENSINAR: ROTAS, CENÁRIOS, AGENTES E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA (1824 - 1889)

Coordenação: Maria Celi Chaves Vasconcelos

Nos últimos anos, a mídia brasileira tem registrado um aumento significativo de famílias que optam pela educação doméstica, retirando os filhos da escola, embora

existam inúmeras restrições legais a essa prática. Esse contexto de divergências impõe um debate para além das políticas educacionais, que revela a necessidade de se buscar na história da educação a gênese dos movimentos de escolarização, a partir do formato que, inicialmente, serviu como modelo ao nascente sistema de ensino escolar brasileiro, a educação doméstica, praticada ao longo de todo o século XIX, pelas famílias que podiam arcar com seus custos. Assim, a pesquisa em pauta se constitui em um estudo aprofundado sobre a educação doméstica, prática recorrente no Rio de Janeiro oitocentista, da qual faziam uso, notadamente, as famílias pertencentes às camadas mais favorecidas na estrutura social vigente. O objetivo central do projeto é, portanto, a investigação histórica acerca deste fenômeno educativo, a educação doméstica, os locais e como ocorria o seu funcionamento, seus agentes e práticas, bem como os lugares onde foi majoritária em relação à escola instituída na Província do Rio de Janeiro. Busca-se, ainda, demonstrar aspectos significativos de sua convivência com outras modalidades existentes na mesma época: a educação em colégios particulares e a instrução pública, analisando as relações estabelecidas entre a esfera privada, a educação na casa, e a esfera pública, caracterizada como a educação escolar, submetida à responsabilidade do estado não apenas no que se refere aos estabelecimentos oficiais, mas também aos particulares, tendo em vista as licenças para ensinar expedidas pela diretoria da instrução pública, bem como a certificação dos exames preparatórios e de aptidão. Em um plano mais específico, o estudo pretende investigar a arquitetura dessa prática, o cotidiano de seus agentes, os manuais utilizados e a sistematização dos métodos de ensino. No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, na qual será utilizado um repertório diversificado de fontes que denotam "os caminhos" para a realização da educação doméstica. Em meio às fontes documentais selecionadas para a pesquisa, destacam-se os periódicos, relatórios oficiais, a literatura da época, cartas de viajantes, egodocumentos, registros de testemunhos da memória daqueles que observaram e vivenciaram a educação doméstica. Com os resultados obtidos, o projeto tenciona contribuir não apenas para os estudos do campo da história da educação, vinculados à linha de pesquisa “Instituições, Práticas Educativas e História”, mas trazer elementos para a discussão atual, na qual, um século depois da supremacia incontestável da escola na legitimidade de ensinar e educar, algumas questões se colocam diante das possibilidades trazidas pelas inovações tecnológicas, entre elas, a perspectiva da educação doméstica voltar a se constituir em uma modalidade instituída de educação.

AS AUDIOVISUALIDADES E AS REDES DE SIGNIFICAÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE TECIDAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES – UM ESTUDO COM VÍDEOS ESCOLARES CONTRA HOMOFOBIA COMPARTILHADOS NO YOUTUBE

Coordenação: Maria da Conceição Silva Soares

Este projeto de pesquisa, em continuidade aos estudos que temos desenvolvido na interface currículo, narrativas audiovisuais e diferença, busca investigar, problematizar e alargar as redes de significações sobre gênero e sexualidade tecidas na formação de professores/as, dentro-fora do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o propósito de contribuir com as práticas-teorias que buscam pensar, desnaturalizar e combater a

discriminação, a inferiorização e a violência contra mulheres e contra as pessoas consideradas como desviantes em relação aos modos hegemonicamente legitimados de experimentar as potências do corpo, tais como homossexuais, bissexuais, transexuais e transgêneros, entre outros, nos cotidianos escolares. Nosso interesse está na problematização dos processos de produção de conhecimentos e de subjetividades tecidos com as demandas curriculares da formação em suas articulações com as apropriações cotidianas de formas-conteúdos audiovisuais e com as múltiplas possibilidades de ação docente que se engendram nessa trama. Entendemos que a formação, como processo de invenção de si e de mundo, se tece com o que é aprendido nos diferentes contextos em que se vive, entre eles o dos usos das mídias. O recorte do estudo atual visa o mapeamento e a análise com os/as estudantes de Pedagogia de vídeos contra a homofobia produzidos como trabalhos escolares e divulgados no site de compartilhamento YouTube na internet. Em um levantamento exploratório, encontramos vídeos produzidos por estudantes de diferentes níveis em ensino, da educação básica à superior, das redes públicas e privadas de várias regiões do país, em diferentes disciplinas. Articulando múltiplos regimes de imagens (feitas com celular, webcam, máquina fotográfica, imagens de arquivo, etc), de sons (depoimentos, diálogos, leitura de textos, músicas, ruídos, silêncios, etc) e formatos (documentário, ficção, videoclipe, etc), essas narrativas audiovisuais se situam no limiar das audiovisualidades contemporâneas, embaçando fronteiras entre códigos, linguagens e recepção-produção. Essas produções, para além das técnicas e tecnologias, hibridizam também concepções teóricas e políticas sobre gênero e sexualidade e se constituem em um dos modos pelos quais o debate sobre a homofobia se forja e atravessa os cotidianos escolares, enfrentando e ao mesmo tempo compondo com as políticas educacionais e os programas governamentais.

SUBVERTENDO A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E PODER: CRIANÇAS, JOVENS E PROFESSORES EM SUAS MÚLTIPLAS REDES EDUCATIVAS

Coordenação: Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald

O projeto que proponho dá continuidade ao anterior, "Educação e contemporaneidade: crianças, jovens e redes de conhecimento", cujos **resultados** apontaram para a potência da sociedade em rede**,** quando as redes são reprogramadas pelos desejos, sonhos, esperanças e resistências dos atores sociais que as instituem como redes de conhecimento e significação. Descobrimos nesses estudos jovens que, procurando fugir da manipulação e do controle do novo estágio do capitalismo, se envolvem em práticas coletivas alternativas a essa ordem. Interessa-me, e ao grupo de pesquisa que coordeno, continuar investindo em estudar essas práticas, ampliando o foco para crianças e professores. Diante do atual contexto político do Brasil, em que a educação assume a função de fortalecer o capitalismo, auxiliando o Estado a manter em situação de desigualdade os que mantêm o poder do conhecimento e os que não mantêm esse poder, minha proposta parece relevante. Trata-se de conhecer como crianças, jovens e professores da escola pública subvertem a relação entre conhecimento e poder nas múltiplas redes educativas em que atuam: (i) na escola, (ii) no espaço domiciliar; (iii) nos espaços urbanos (iv) nas redes sociais. O Projeto será realizado por intermédio de procedimentos da pesquisa presencial (observação; entrevistas) e *online*, orientados pelas contribuições que Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin

trouxeram à pesquisa em Ciências Humanas. No que se refere à especificidade do objeto, a construção e a análise dos dados será orientada pelos estudos sobre conhecimento e poder na sociedade em rede (Manuel Castells); pelo aprofundamento do papel da astúcia dos praticantes sociais na subversão ordem social capitalista (Michel de Certeau); e pelos estudos sobre os modos de constituição da subjetividade de crianças e jovens nos contextos híbridos da contemporaneidade e nas relações com os artefatos de seu tempo (Édmea Santos, José Machado Pais, Helena Abramo; Hermano Vianna; Juarez Dayrell, Lucia Rabello de Castro; Marilia Sposito; Micael Herschman; Paulo Carrano; Regina Novaes; Rosana Reguillo; Solange Jobim e Souza, entre outros).

ABORDAGEM INTERSECCIONAL DA DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA JUVENTUDE: QUESTÕES TEÓRICO-POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DO ATIVISMO ESTUDANTIL CONTEMPORÂNEO

Coordenação: Miriam Leite

Passados cinco anos desde as chamadas "jornadas de junho", nossas ruas permanecem em ebulição, com movimentação nem sempre protagonizada por jovens, mas, sem dúvida, contando ainda com a sua presença. Entretanto, tais manifestações surpreendem agora menos pela participação juvenil do que pelo conteúdo de parcela significativa das bandeiras defendidas em tais mobilizações. Pela primeira vez, desde o fim da última ditadura que tivemos no país, forças políticas altamente conservadoras se assumem como tal e ocupam os espaços públicos reivindicando e enaltecendo o que até pouco tempo seria para muitos de nós impensável: a volta da ditadura, a intervenção militar, o anticomunismo, a bi/homo/lesbo/transfobia. Como se coloca a educação escolar nesse quadro sociopolítico? Como tem - ou não - formado para a participação nesse contexto? O formato "grêmio", para a organização política dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio, ainda faz sentido para a juventude contemporânea? A escola tem favorecido a constituição deste e de outros formatos de organização e atuação política dos seus jovens estudantes? Como se colocam as questões da diferença nesse contexto? Neste projeto, propomos buscar respostas a tais questionamentos, em continuidade às últimas pesquisas que temos realizado no Grupo de Estudos sobre Diferença e Desigualdade na Educação Escolar da Juventude/DDEEJ. Para tanto, a pesquisa conta com três eixos principais de desenvolvimento: 1) pesquisa colaborativa, em parceria com estudantes e professores de colégio público do Rio de Janeiro com tradição de ativismo discente, visando mapear e problematizar a formação e participação política dos estudantes na instituição; 2) levantamento e discussão da produção acadêmica recente (2007 a 2017) acerca de temas e de noções teóricas pertinentes à pesquisa: ativismo político estudantil; gênero e sexualidade na educação escolar da juventude; interseccionalidade; 3) aprofundamento teórico das temáticas que temos focalizado em nossas pesquisas e que seguiremos estudando neste projeto, nomeadamente: juventude e educação escolar, ativismo político juvenil e estudantil, perspectiva teórico-política da diferença (que temos buscado construir em diálogo com teorizações de Jacques Derrida e Judith Butler, entre outros) e problemáticas da diferença na escola, com destaque para questões relativas a gênero e orientação sexual, bem como para a abordagem interseccional dessas questões, que têm mobilizado movimentos estudantis no estado do Rio de Janeiro,

e se colocado bastante presentes em nossos estudos sobre a diferença e a desigualdade na escola. Destaque-se, neste último eixo, pesquisa bibliográfica e estudos sobre a juventude em perspectivas críticas, visando a proposição de bases gerais para a realização do diálogo entre tais produções e nossas pesquisas, usualmente mais próximas de teorizações pós-críticas.

PROCESSOS CURRICULARES E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: OS MODOS COMO QUESTÕES SOCIAIS SE TRANSFORMAM EM QUESTÕES CURRICULARES NAS ESCOLAS

Coordenação: Nilda Guimarães Alves

O presente projeto tem o interesse de, a partir das inúmeras redes educativas que todos formamos e nas quais nos formamos, compreender os processos pelos quais fatos sociais graves – no caso a forte migração de seres humanos, por múltiplas razões, com destaque para guerras e mudanças ambientais – se transformam em experiências curriculares. O projeto se desenvolve em dois movimentos: no primeiro, realizaremos cineclubes em torno de filmes que mostrem ondas migratórias no mundo, em escolas nos municípios de S. Gonçalo, Nova Friburgo, Rio de Janeiro e Paracambi e dos quais participem docentes e discentes, do ensino médio e superior, em 'conversas' – presenciais e on line - sobre imagens e sons dos mesmos e possibilidades e necessidades curriculares sobre o tema. No segundo movimento, serão realizadas oficinas, em uma escola de ensino médio de cada um desses municípios para criação de vídeos sobre essa questão com a participação de docentes e discentes. Esses dois movimentos serão realizados como cursos de extensão e contam com o apoio da Sub-reitoria de extensão. Trabalhamos em torno das ideias de: as redes educativas e as múltiplas relações entre os tantos dentrofora das escolas; tessitura de conhecimentossignificações em currículos; imagens e sons como personagens conceituais. Os autores com os quais 'conversaremos' continuam a ser: Certeau e Deleuze, bem como autores brasileiros que com eles trabalham.

DIMENSOES DA SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O CASO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Coordenação: Raquel Goulart Barreto

Este estudo visa a dimensionar mudança radical na recontextualização educacional das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): de recursos agregados ao processo de ensino à condição de estratégia de substituição tecnológica, implicando esvaziamento e precarização do trabalho docente. Do ponto de vista teórico, pretende aprofundar a noção formulada (substituição tecnológica), submetendo-a à prova prática sistemática. Em termos políticos, constitui estudo de caso no contexto das políticas educacionais em curso. Com base na análise crítica do discurso (ACD), aborda proposições e documentos oficiais para a aproximação dos elementos lexicais, sintáticos e de modalização no movimento de esvaziar o trabalho docente, na medida em que os objetos tendem a ser posicionados como sujeitos nas/das formulações. Assume os objetos técnicos, ora relexicalizados como objetos de aprendizagem, como parte, e meio, de consolidação do deslocamento que concebe os professores como aqueles de quem se espera a realização de um

conjunto de tarefas predefinidas para o ensino dito bem sucedido. Sua pretensão maior é contribuir para o desenvolvimento de alternativas contra hegemônicas para o encaminhamento das questões relativas à formação e ao trabalho docente no contexto atual.

POLÍTICAS DE CURRÍCULO E ALFABETIZAÇÃO: NEGOCIAÇÕES PARA ALÉM DE UM PACTO

Coordenação: Rita de Cássia Prazeres Frangella

Esse estudo se desdobra de uma trajetória de pesquisa que tem se dedicado a investigar o processo de produção da política curricular a partir das tensões/negociações entre as demandas locais, próprias de cada escola e as questões globais – da rede municipal de Educação do Rio de Janeiro. Observou-se movimento que tem tido força nas decisões/ações nesse contexto:- o envolvimento com Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Argumento que essa política de formação se dá também como política curricular uma vez que tem, numa articulação muito própria, cria demandas para produção curricular cotidiana nos anos iniciais do ensino fundamental. Assim, o foco do estudo é a análise do PNAIC não como política de formação de professores apenas, mas também como estratégia de produção curricular. Põem-se em destaque as imbricações entre formação de professores e políticas curriculares, temática que se apresenta como atrelada, mas muitas vezes em relações casuísticas. Argumenta-se que o deslocamento/deslizamento de significantes como formação, currículo, qualidade, direito e conhecimento se articulam na produção de um discurso que significa o investimento na formação de professores como instituintes de políticas curriculares. Sendo assim, com base nas teorizações de Laclau, Derrida e Bhabha, se propõe a investigação acerca da produtividade dessa articulação, defendendo que essas se constituem na ambivalência discursiva que torna o político possível. Para tanto, se opta como estratégia metodológica a análise dos documentos do Pacto (proposta, cadernos de formação, etc) e entrevistas com os sujeitos envolvidos (coordenadores, professores, orientadores), a partir das ações desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro à luz dos referenciais citados, ou seja, numa perspectiva discursiva. Busca-se discutir como uma concepção de currículo vai se desdobrando das premissas defendidas pelo Pacto: se observa a ênfase numa dimensão que valoriza a organização e planejamento do conhecimento e ensino. Ao problematizar a ideia dessa centralidade, argumenta-se que se incorre no risco de polarizações que esvaziam a tarefa política de recuperar outros sentidos possíveis para o fazer curricular, defendendo a necessidade de pensa-lo como entre-lugar de enunciação cultural. Esse estudo, portanto, se insere nos debates sobre o estabelecimento de base comum nacional curricular, no caso em foco, o delineamento de um currículo nacional para a alfabetização, a partir da injunção de significantes que a pesquisa se propõe analisar e que se articulam com questões mais amplas postas nessa discussão e que tem como ponto comum a articulação entre qualidade e direito, significada a partir do corte de acesso ao conhecimento, assim a defesa que se desdobra desses documentos é do direito à aprendizagem. Os argumentos a serem desenvolvidos a partir dessa investigação se direcionam a problematizar esse sentido a partir da defesa de outro direito: o direito à formação.

FISIOGNOMIAS DA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS, ALTERIDADES, DESLOCAMENTOS

Coordenação: Rita Ribes Pereira

O objetivo deste projeto é indagar de que modos a infância se mostra aos pesquisadores em seu cotidiano. Que formas de percepção as experiências infantis contemporâneas demandam aos pesquisadores? Que infâncias se tornam perceptíveis em face das teorias e metodologias adotadas? Que outras infâncias permanecem invisibilizadas à espera de procedimentos mais sensíveis? Que éticas se desenham nesses processos de produção de conhecimento? Que caminhos são possíveis na construção de metodologias de pesquisa com crianças? Fruto da revisão de uma trajetória de 15 anos de pesquisa com crianças realizada pelo Grupo de Pesquisa "Infância e Cultura Contemporânea", o projeto procura sistematizar alguns avanços teóricos e metodológicos e, sobretudo, enfrentar alguns desafios que essa revisão torna emergentes. Desde sua criação temos construído nossos objetos de estudo no diálogo com as crianças a partir das suas experiências contemporâneas, o que vem permitindo não apenas uma teorização sobre a infância, mas um olhar para o contemporâneo a partir da perspectiva das crianças. Metodologicamente nossa postura tem sido propositiva, no sentido de que é o pesquisador que instaura a pesquisa com as crianças visando compartilhar suas questões. Neste projeto queremos ensaiar uma nova postura: não a de fundar uma pesquisa a partir da delimitação de um tema e de um campo específico, mas a partir de um deslocamento dos próprios pesquisadores em sua postura investigativa. Queremos, nos diversificados espaços por onde circulamos, aprender a estar atentos e perceber que infâncias se mostram a nós, onde estão as crianças, o que fazem, o que falam, o que dizem. Queremos buscar que rostos a infância contemporânea nos dirige, que fisionomias se mostram. Junto disto, que metodologias, que teorizações, que ética exigem de nós. A sustentação teórico-metodológica do projeto privilegia a filosofia de Walter Benjamin e seu olhar para a infância, Willy Bole, Jeanne-Marie Gagnebin, Susan Book-Morss, Solange Jobim, entre outros.

DISCURSOS NAS POLÍTICAS CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

Coordenação: Rosanne Evangelista Dias

Este projeto visa a investigar os discursos das políticas de formação de professores para a educação básica no espaço ibero-americano no período de 2001 a 2014. Ao longo desses anos, discursos em defesa das demandas políticas para a formação docente, vêm sendo produzidos por diversas lideranças e grupos, em diferentes escalas e a produção por parte de organismos internacionais tem destacado processos de articulação que atravessam fronteiras de Estados-nação, tencionando finalidades de virem a constituir políticas locais e para a região. Esses processos de produção e disseminação de discursos devem ser analisados como expressão de ideias, valores e concepções sobre o currículo e a formação de professores em diferentes arenas de significação (LOPES) dessas políticas. Esta investigação será orientada pela teoria de discurso (LACLAU) e a abordagem do ciclo contínuo de políticas (BALL; BALL & BOWE). Os textos selecionados fazem

parte da produção de entidades de caráter acadêmico-científico e associativo como a SBPC e a ANFOPE e dos organismos internacionais: OEI e UNESCO. Nas análises dos textos políticos tencionamos compreender as articulações que tornaram possíveis os consensos em busca da legitimidade de determinados discursos (MOUFFE). Tencionamos analisar, nesses textos, os discursos em defesa das demandas das políticas de formação de professores no âmbito ibero-americano, focalizando os seguintes aspectos da formação: a) finalidade social; b) modalidades de ensino; c) modelos de organização curricular e, d) processos de avaliação. Entendemos que os discursos constituem os sentidos de ser professor e também do que deve ser o conhecimento do professor e por isso devem ser analisados para melhor compreensão das políticas curriculares que vêm sendo forjadas.

OS DESERDADOS DA SORTE: ASSISTENCIALISMO, FILANTROPIA E EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO DE 1920 A 1940

Coordenação: Sônia de Oliveira Camara Rangel

Este projeto de pesquisa visa compreender as concepções de assistência e de educação que, elaboradas pelos intelectuais do campo da Medicina e do Direito ajudaram a compor a organização de projetos e estratégias de intervenção sobre à infância pobre na cidade do Rio de Janeiro de 1920 a 1940. Com esse intuito ênfase será direcionado aos projetos que se materializaram na criação de instituições e de leis, bem como na apreensão dos lugares de produção, de apropriação e de circulação dos discursos e das práticas (Certeau, 2011) assistenciais e educativas destinados a perspectivar às crianças da/e na cidade. Interessa analisar os discursos/ações no âmbito das iniciativas públicas e privadas que produziram efeitos sobre as infâncias na cidade do Rio de Janeiro, no período em questão. Ênfase será direcionada aos debates que envolveram o processo de organização de uma malha assistencial que, por um lado, fosse capaz de contribuir para a composição das esferas públicas, face a constituição de programas e de políticas públicas no país; e por outro, na composição de uma "rota de fuga" contra a anti-modernidade, o rústico e o ethos de uma civilidade tropical refém dos discursos eurocêntricos de modernização urbano-industrial. Neste aspecto, a tessitura de uma malha assistencial, nas décadas de 1920 a 1940, excitou como ponto de sustentação à produção de retóricas e discursos que encontrou na ciência e na educação seu lugar praticado na institucionalização e judicialização das infâncias desassistidas. Para a realização deste intento investigativo recorreremos aos trabalhos de: Foucault (2002); Sirinelli (2003), Certeau (1994), De Jean (2005), Varella e Uría (1991), Camara (2010, 2013, 2014), Rocha (2009, 2010), Sanglard (2008), Veiga (2007), Kuhlmann Jr. (2006), entre outros autores.

TÍTULO: CRIANÇAS DE TERREIROS: EDUCAÇÃO, SUJEITOS, IMAGENS E CRIAÇÃO DE CULTURAS

Coordenação: Stela Guedes Caputo

O presente projeto pretende dar continuidade ao projeto anterior onde pesquisamos como crianças e jovens de terreiros aprendem e ensinam o yorubá, uma língua africana viva que circula cotidianamente nos terreiros de candomblé no Brasil. De acordo com Beniste (2006), este idioma pertence à família de línguas do

Sudão e é falado nas diferentes regiões da atual Nigéria. O yorubá, assim como outras línguas africanas, chega até nós no período da escravidão e se torna a mais comum nas comunidades negras. Seu último refúgio, lembra o pesquisador, foi nas comunidades de candomblé (os ilè) que se utilizam de elementos culturais nagôs e tem sido mantida através de cânticos, rezas e expressões diversas.
Já a antropóloga Juana Elbein dos Santos afirma que os africanos de origem Bantu, do Congo e de Angola foram trazidos para o Brasil durante o período da conquista e espalhados em pequenos grupos por imensos territórios nos Estados do Rio, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, numa época de comunicações difíceis e com centros urbanos começando a nascer (1986, p. 31). Os Nagôs, diz Santos, foram trazidos durante o último período da escravidão e concentrados em zonas urbanas em pleno apogeu dos estados do Norte e do Nordeste, Bahia e Pernambuco, particularmente nas capitais desses estados, Salvador e Recife. A referência de Santos é muito importante porque contextualiza o fato da maioria dos terreiros de candomblé no Brasil ser de tradição Nagô e porque justamente este candomblé tenha se perpetuado mais entre nós. Mas é no que argumenta Lopes (2003) que pretendemos nos debruçar neste novo projeto. Para este pesquisador dentro do quadro da presença afro-negra no Brasil, verifica-se uma predominância das culturas bantas, que colaboraram, diz ele, para nossa formação cultural, principalmente através de suas línguas, entre elas, o Quicongo, o Umbundo e o Quimbundo. Lopes contesta o que chama de suposta ascendência de línguas sudanesas, como o nagô (yorubá) no panorama das línguas africanas faladas no Brasil à época da escravidão e que teria modificado o falar português em nosso país. De acordo com ele, de fato, no vocabulário do português falado no Brasil, os termos de origem nagô estão mais restritos às práticas e utensílios ligados à tradição dos orixás, como a música, a descrição dos trajes e a culinária afro-baiana. (...) Tanto na fonética, quanto na morfologia e na sintaxe, as línguas bantas influeciaram decisivamente a língua que se fala hoje no Brasil. Mas, enfatiza, é no vocabulário que elas se fazem, mais presentes. O objetivo do presente projeto é continuar partilhando como crianças de terreiros criam sentidos nos cotidianos dos candomblés. Desta vez, manteremos nossas observações e vivências em terreiros chamados de "nação Angola" para tentar compreender como crianças e jovens vivenciam línguas como quimbundo e o umbundo.

AVALIAÇÃO ESCOLAR SEM COMPROMISSO COM A *ACCOUNTABILITY* OU COM FUNDAMENTOS *A PRIORI*

Coordenação: Talita Vidal Pereira

As avaliações em larga escala, associadas às políticas de responsabilização, têm ganhado centralidade no cenário educacional. Um fenômeno que se caracteriza pela afirmação de que essas políticas, articuladas a um currículo padronizado, teriam como objetivo garantir a qualidade da educação. Um discurso que tem favorecido formas de pensar a avaliação e consequentemente, o currículo, identificadas com a lógica do controle e da padronização que, por sua vez, legitimam práticas avaliativas classificatórias e excludentes que, via de regra, são naturalizadas nos processos de escolarização. Com a contribuição de aportes pós-estruturais, o estudo parte do pressuposto que esse contexto favorece a proliferação de sentidos híbridos de avaliação escolar que resultam de processos de negociação e tradução de sentidos articulados nos discursos de professores e

professoras em atuação em meio a essas políticas que, em última instância, objetivam direcionar o trabalho docente. A noção de contexto é apropriada de Derrida de uma perspectiva de análise em que, operando na lógica da desconstrução, tem como objetivo contribuir para a reativação de sentidos de avaliação menos excludentes que podem estar sendo bloqueados com a intensificação de práticas avaliativas identificadas com a lógica do controle e da padronização, com o entendimento de que essas lógicas favorecem o silenciamento das diferenças culturais na escola. No estudo, as contribuições de Ernesto Laclau possibilitam pensar discursos como ações que conferem significados ao mundo.

POLÍTICAS (e PRÁTICAS) EDUCATIVAS PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NOS MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Coordenação: Vera M.R. de VASCONCELLOS

Esta pesquisa (2018 - 2021) complementa outra em andamento. Tem como temática central a reflexão sobre a primeira infância, em especial as crianças de zero a três anos, e sua educação em instituições públicas de Educação Infantil, com foco nas políticas públicas e práticas educativas em creches municipais. Propõe novos diálogos e mais próximos com as administrações/gestões que assumiram as prefeituras no ano de 2017, em especial aquelas cujas unidades de Educação Infantil foram construídas com verbas do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). O foco **é** investigar as dificuldades, desafios e alternativas na implementação do Proinfância (ou modelos a fins) nos municípios, em especial depois que a Secretaria de Educação Básica aprovou a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), com textos diretamente voltados à Educação Infantil. O Objetivo é aprofundar as reflexões sobre a primeira infância, com foco nos bebês, a partir da perspectiva das crianças, famílias, gestores e demais profissionais das creches, em interlocução com os estudos sociais da infância (Psicologia e Sociologia da Infância) e articular essa temática às questões das políticas educacionais e práticas docentes. Desejamos produzir dados que dialoguem com quatro eixos iniciais de análise, a saber: (i) situação da Educação Infantil nos sistemas de ensino municipais, em especial das creches e nelas dos berçários, no que tange à cobertura e qualidade; (ii) cooperação ou fragmentação, nos municípios, dos setores de Assistência, Saúde e Educação direcionados às famílias, seus bebês e crianças *bem* pequenas*)*; (iii) identificação ou não de políticas públicas educacionais relativas aos espaços-ambientes comprometidas com os indivíduos que neles (con)vivem -profissionais, famílias, crianças pequenas e bebês ; (iv) formação inicial e continuada oferecidas aos profissionais da Educação Infantil, identificando-se o contexto ao qual direcionam as práticas pedagógicas pensadas e vivenciadas com/pelas crianças de 0 a 3 anos .

OUTRAS FONTES PARA PENSAR OS SENTIDOS DE UMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: SIMÓN RODRÍGUEZ E OS ZAPATISTAS

Coordenação: Walter Omar Kohan

Resultado da integração de uma rede acadêmica de pesquisadores do Brasil e do exterior para pensar os sentidos de uma educação filosófica e, em particular, a posição do mestre, a partir das figuras de Simón Rodríguez e o Subcomandante

zapatista Marcos este projeto desdobra pesquisas anteriores (CNE, 2011-2014: "Infância, política e emancipação. Novos desafios para o ensino de filosofia e uma educação filosófica"; CNPq, 2015-: "O Sócrates de Caracas. Um estudo do pensamento de Simón Rodríguez para pensar sentidos atuais de uma educação filosófica") visando fortalecer o campo de conhecimento do ensino de filosofia e, a uma só vez, examinar e problematizar a extensão do ensino de filosofia a âmbitos não tradicionais, como os níveis fundamental e infantil, educação de jovens e adultos e outros, além de consolidar o intercâmbio com outras equipes de pesquisa nacionais e internacionais. Desde uma perspectiva teórica, o projeto se concentra nas figuras de Simón Rodríguez e o subcomandante Marcos como continuadores de uma tradição socrática: com efeito, eles recriam uma posição na qual o mestre não é mestre pelo saber que ele possui, mas pela sua relação ao saber e pelo campo de pensamento que abre aos que com ele aprendem. Simón Rodríguez e Marcos trazem elementos significativos para pensar essa posição, na afirmação de uma educação popular filosófica e na invenção de uma nova forma de exercer o poder de ensinar. As principais metas e resultados do projeto dizem respeito à formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e de profissionais atuantes na área; à produção bibliográfica em forma de livros e artigos em periódicos e ao alargamento de instrumentos de pesquisa já existentes, como banco de dados bibliográfico, edição de periódico e portal na Internet. O projeto também prevê a organização de colóquios internacionais e a continuidade dos intercâmbios com grupos de pesquisa de diversos países de América Latina e Europa.

ANEXO III
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Foto colorida 3X4

DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu, _____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº_____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como negro.

Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar negro:

- Características físicas (especifique):

_____;

- Origem familiar/antepassados (especifique):

_____;

Outros (especifique):

_____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

_____

(Data e assinatura do candidato)

_____

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)

Foto colorida 3X4

DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu,_____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº_____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como indígena.

Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar indígena.

- Etnia ou povo a que pertenço (especifique):

_____;

- Origem familiar/antepassadosm (especifique):

_____;

- Outros (especifique):

_____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

_____

(Data e assinatura do candidato)

_____

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICA

I- QUESTIONÁRIO COM INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PARA OS OPTANTES PELO SISTEMA DE COTAS, ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ABAIXO, DEVENDO SER DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO.

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Questionario_Socioeconomico_2016.doc

II- O MANUAL COM ORIENTAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE COTAS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ABAIXO

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf

ANEXO V

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ÀS INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

DECLARAÇÃO DE DESEMPREGO

Eu,_____,
(nome completo do candidato)

portador (a) da carteira de identidade nº_____, órgão de expedição _____ e do CPF nº_____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que todo o meu grupo familiar está desempregado desde _____.
(período)

Acrescento ainda que temos mantido nossas necessidades financeiras da seguinte maneira:

_____

_____

_____

_____

(explicar como tem mantido as necessidades financeiras e o valor desta manutenção)

Rio de Janeiro, ___/____/_____.

_____
Assinatura do declarante

1ª testemunha_____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha_____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: Esta declaração é válida para os casos em que TODO o grupo familiar estiver em situação de desemprego.

Obs.: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIROS

Eu,_____,

(nome completo do candidato)

candidato(a) ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, declaro para os devidos fins e com a anuência de duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que o documento_____ (especificar o documento), encontra-se em nome de _____

_____

(nome do titular do documento)

_____,

(grau de parentesco com o candidato/a)

do candidato/a em questão por_____

_____

(preencher o motivo pelo qual o referido documento se encontra em nome de terceiros)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

_____

Assinatura do declarante

1ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu,_____,

(nome completo do declarante)

_____, _____

(estado civil do declarante) (grau de parentesco com o candidato)

_____

(nome completo do candidato)

do candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós- graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº_____, órgão de expedição _____e do CPF º_____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que cedi o imóvel situado na:

_____

_____

(endereço completo)

para_____.

(nome completo da pessoa beneficiada)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

_____

Assinatura do declarante

1ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE POSSE E OCUPAÇÃO

Eu,_____,

(nome completo do declarante)

_____, _____

(estado civil do declarante) (grau de parentesco com o candidato)

_____

(nome completo do candidato)

do candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____,portador (a) da carteira de identidade nº_____, órgão de expedição _____e do CPF º_____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que o imóvel situado na _____

_____

(endereço completo)

trata-se de posse ou ocupação.

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

_____

Assinatura do declarante

1ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA EM LOCAL DE TRABALHO

Eu,_____,

(nome completo do empregador ou seu representante)

portador (a) da carteira de identidade nº_____, órgão de expedição_____ e do CPF _____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que_____,

(nome completo do empregado)

Reside em seu local de trabalho, situado na _____

_____

(endereço completo)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

_____

Assinatura do declarante

1ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu,_____,

(nome completo do provedor)

_____, _____

(estado civil) (grau de parentesco com o candidato/a)

do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____,portador (a) da carteira de identidade nº_____, órgão de expedição _____ do CPF nº_____, por não possuir outra forma de comprovação, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que pago pensão alimentícia, no valor de R$_____, (_____)

(valor por extenso)

à _____.

(nome de quem recebe a pensão)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

_____

Assinatura do declarante

1ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RENDA

(Se o preenchimento for feito pelo trabalhador)

Eu,_____,

(nome completo do/a declarante)

_____, _____

(estado civil) (grau de parentesco com o candidato/a)

do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____,portador (a) da carteira de identidade nº_____, órgão de expedição _____ do CPF nº_____, do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____,portador (a) da carteira de identidade nº_____, órgão de expedição _____ do CPF nº_____, por não possuir outra forma de comprovação, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que exerço a função de _____, com renda mensal bruta de R$ _____, (_____)

(escrever o valor por extenso)

Rio de Janeiro, ____/____/_____

_____

Assinatura do declarante

1ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha_____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Este modelo de Declaração pode ser utilizado para os casos de trabalhadores que exerçam atividade "informal", "autônoma", "liberal", "domésticos" e "microempreendedor individual".

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.